

Fundamentos para um sistema comunicacional lusófono

Joám Evans Pim*

Bárbara Kristensen**

Resumo

Ainda que por vezes polemicamente considerada fruto da mentalidade pós-imperialista de Portugal, a Lusofonia, quando vista sob uma perspectiva ampla e intercultural, assume-se como um espaço de intercâmbio e diálogo, capaz de promover e articular uma extensa rede de relações, que ultrapassam a esfera do econômico e político, para (re)configurar uma(s) comunidade(s) que não apenas mantém uma língua e história em comum, senão que, e sobretudo, um desejo de traçar caminhos em conjunto para o futuro. Neste sentido, e como âmbito privilegiado para o intercâmbio e cooperação no plano da produção cultural, cabe analisar as possibilidades de estabelecer sinergias entre os diversos e dispersos espaços comunicacionais das distintas realidades lusófonas para criar um espaço comunicacional lusófono vertebrado. Para isso, neste trabalho, depois de repassar brevemente as concepções e problemáticas da Lusofonia, como comunidade supranacional, exploram-se os panoramas mediáticos dos países e territórios lusófonos, apontando, finalmente, algumas propostas que se possam desenvolver neste campo.

Palavras-chave: lusofonia; mídia; comunicação; blocos culturais; língua portuguesa

Uma introdução necessária

Um dos patrimônios mais ricos de cada povo é, sem dúvida, a sua língua. Quando esta língua é difundida, pelas razões que sejam, pelos recantos do mundo, ou seja, quando ela se torna aquilo que Domingues (2006: 41) considera como um bem ‘hipercoletivo’, passa, indubitavelmente, por um processo de valorização, tanto para o indivíduo como para a coletividade que lhe dá uso.

Tendo isso em conta, é dizer, a extensão e a valorização da língua no panorama coletivo (leia-se mundial), parece inevitável a proposição de uma série de questionamentos que podem abranger tanto assuntos particulares de cada cultura envolvida (e a sua possível ameaça) como temas internacionalistas e globalizadores, tendência que, sem dúvida, é bastante percebida nos dias atuais. Neste sentido, cabe falar da

* Universidade de Santiago de Compostela. jevans@usc.es

** Directora do Observatório sobre Mulher e Conflitos no Instituto Galego de Estudos de Segurança Internacional e da Paz. kristensen@igesip.org

Lusofonia, ‘entidade’ em expansão que ocupa espaços importantes em todos os continentes, envolvendo a importante quantia de quase (ou mais, dependendo da fonte) 210 milhões de pessoas. Contudo, é preciso, antes de aprofundarmos no complexo mundo de (inter)relações lusófonas, compreender e buscar conceituar, pelo menos em linhas gerais, este ‘ente’.

À primeira vista e etimologicamente, conceituar a lusofonia não parece ser tarefa difícil, principalmente se tomarmos em consideração a mais antiga e difundida francofonia para, diante disso, ter em mente o seu significado básico. Começemos pelo radical mais nítido e de simples entendimento: *fonía*. Diversas são as palavras que, contendo este elemento grego, oriundo do verbo *foneo*, deixam-nos clara a sua significação: o falar, numa primeira instância e, mais profundamente, a língua.

O segundo componente, *lusó*, ainda que já bastante difundido, não deixa de ter certa polêmica e, não nos esqueçamos, uma visão certamente centralizadora da história de Portugal. O pequeno condado *portucalensis*, localizado naquilo que fora a província romana da *Gallaecia*, presente de casamento ao conde francês D. Henrique e expandido pelas terras da *Lusitania* (e não só) tanto pelas suas andanças como pelas de seu filho, D. Afonso Henriques, (auto)proclamado primeiro rei de Portugal em 1139 (oficialmente reconhecido por Castela em 1143), após o célebre milagre da batalha de Ourique (legítimo inspirador do novo lábaro pós-alvi-azulado), quando consolidado naquele reino – o de fronteiras mais antigas de toda Europa –, desvia-se do berço setentrional e minhoto para ‘instalar-se’ naquelas terras dos ‘mouros’, centro-meridionais, lusitanas.

Luso, antes filho de Baco e fruto da lenda¹, aos poucos se tornaria sinônimo do português e, por extensão, de todo Portugal e da sua cultura. Mito esquecido e desbotado, inclusive na própria toponímia portuguesa, foi o renascentista André de Resende, em 1531, quem, num de seus poemas escritos em Latim, e baseando-se na história pré-romana daquelas terras, ressuscitou o termo *lusiades*. Assim como o fez Camões 41 anos mais tarde no célebre *Os Lusíadas*, e considerando o panorama coevo do Portugal de então; esta retomada da proto-história e de tais elementos alegóricos tinham intenções bastante claras e decisivas: traçar uma diferenciação profunda da ‘terra lusa’ em relação aos povos castelhanos, cada vez mais fortes e ameaçadores da situação de prestígio que, apesar da já iniciada decadência, ainda mantinham os portugueses. Aliás, todo o poema camoniano, como se sabe (Kristensen; Evans Pim, 2006: 360), é reflexo da tentativa de construção e manutenção de uma portugalidade

¹ Segundo Plínio, retomado séculos mais tarde por Camões, Luso, filho de Baco, depois de brigar com o pai, na Grécia, furta-lhe dois ramos do pomar: um de videira e outro de oliveira e parte para a Europa, onde funda a Lusitânia. Em posse dos ramos, finca-os no chão e começam a crescer. As videiras invadem as terras, multiplicam-se para muitos bons vinhos; e os olivais, com sua azeitona e azeite expandem-se como riquezas do atual Portugal. O épico, nos últimos versos da estância 21 do Canto III, explica: “Esta foi Lusitânia, derivada/ De Luso ou Lisa, que de Baco antigo/filhos foram, parece, ou companheiros,/ E nela antam os íncolas primeiros”. Em sua edição crítica da obra, Ramos (2003: 416) explica, valendo-se dos estudos de Holder, que o nome dos lusitanos vem, justamente, da raiz *Lus-*, espalhada no território celta (como se nota em *Lusa*, *Lusus*, *Lusatia*, *Lusen*, *Lusenos*, *Lussoius*, etc.) e, assim, deve derivar do nome de pessoa *Lusus*, como, lembra o autor, são derivados de onônimos quase todos os nomes de parentesco e de tribos, principalmente o nome do chefe.

(e de um Portugal) em nítida – e finalmente ocorrida – queda, tanto no aspecto político como no cultural.

De todas as formas, e explicada a ‘problemática’ do *lusó*, cabe retornar ao assunto principal deste artigo: a Lusofonia. Conforme traçamos, o termo, de fácil compreensão, significa, a uma primeira olhada, a fala portuguesa que, conforme se observa ao se conhecer a processo de expansão marítima levado a cabo por Portugal principalmente nos séculos XV e XVI, acabou se estendendo pelos quatro cantos do mundo, de forma mais ou menos intensa ou mesclada.

Ao lado da Lusofonia, podemos também brevemente abordar a Lusotopia, isto é, os lugares onde se efetivamente fala o Português; a Lusofilia, que é o caráter de admiração e valorização não exclusivamente da língua, mas o “amor pelas coisas portuguesas”, conforme explica Fernando Cristóvão (2005: 652) ou até mesmo Lusografia, que considera a língua escrita e, mais especificamente, a opção por se adotar a língua portuguesa escrita (fenômeno observável principalmente nos países africanos de expressão portuguesa). Contudo, e como se perceberá, a Lusofonia em si, quando entendida mais do que o simples fato de se falar (ou escrever) a língua portuguesa, traz consigo uma série de discussões, indo além daquela terminológica que inicialmente aqui propusemos, que considera e envolve mais de duzentos milhões de falantes ao redor do mundo, agrupadas em estados-nação, nações sem estado, numerosas diásporas, coletivos educacionais, políticos, científicos, empresariais e, logicamente, como indivíduos particularmente.

No marco destas discussões, e especialmente quando a língua exerce um papel essencial, cabe meditar na vertente mediática e comunicativa da questão da lusofonia. Não se trata desde logo de uma matéria inédita, pois nesta mesma publicação tem-se abordado de uma e de outra forma em sucessivas edições e, não esqueçamos, a própria existência da Federação Lusófona de Ciências da Comunicação surge deste marco de ação. Os sete congressos celebrados já no marco dessa organização, o último na Galiza em 2006, serviram como ponto de encontro de pesquisadores dos países que conformam isso que denominamos Lusofonia, aproximando realidades e projetos. Além de estudos regionais, diversos enfoques têm sido ou estão sendo feitas partindo da necessidade de abordar desde uma perspectiva *cross-nacional* holística, entre as que cabe destacar a que se está desenvolvendo atualmente no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho (*vide* Martins; Sousa; Cabecinhas, 2006), entre outras projetadas também no marco da Lusocom.

O presente trabalho procura realizar uma aproximação sumária às problemáticas centradas em torno a uma entidade tão multifacetada como é a Lusofonia, centrando-nos, à continuação, no aspecto comunicacional. Depois de um percurso breve e superficial pelas realidades mediáticas dos territórios lusófonos, que sem dúvida deve ser aprofundado para possibilitar futuras análises, indicam-se algumas idéias e sugestões que permitam avançar no caminho do estabelecimento de laços de cooperação e sinergias construtivas.

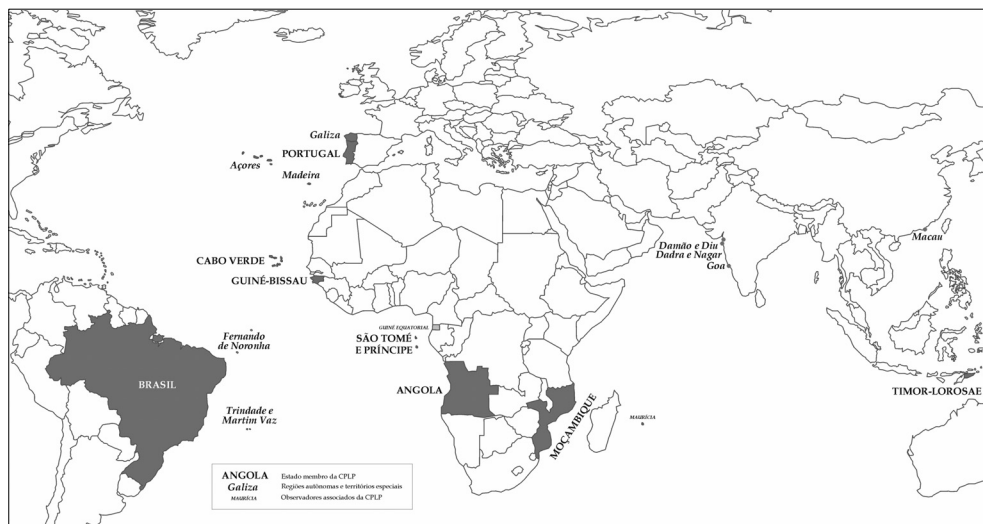
Comunidades de língua portuguesa: aproximações à lusofonia

Há quem diga que a Lusofonia seria “menos o resultado de um projecto, do que a consequência inesperada de uma maneira particular de circular pelo mundo (...)[:] seria a consequência quase passiva da expansão e da banalização da língua” (Margarido, 2000: 12); outros afirmam que a Lusofonia nada mais é do que uma “idéia mágica” que, na realidade, não passa da esfera de compreensão e comunicação determinada pela língua portuguesa, isto é, um ‘continente imaterial’ disperso pelo mundo (Lourenço, 1999). E há outros, por exemplo, que crêem ter nascido no Encontro da Unificação Ortográfica da Língua, no Rio de Janeiro em maio de 1986 (Fontenla, 1993: 22).

Contudo, a verdade é que, nascida, imaginada ou sentida, a lusofonia sem dúvida constitui “a primeira linha de defesa numa frente de acção alargada, coerente, amplamente reconhecida pelas mais diversas entidades e forças vivas da sociedade civil portuguesa, ligadas às mais diversas actividades do sector económico” (Santos, 2004: 131) que, conforme Chacon (2002: 25), tem como primeira lição a “firmeza da vontade nacional portuguesa (...). Vontade nacional de independência e projecção transoceânica pela África, América, Índia (...), Japão (Nagasaki) e China de Macau, portuguesa até 1999, mais os cinquenta anos independentes, paralelos aos cinquenta dos britânicos em Hong Kong. Sem esquecer a luta de Timor Leste pelo auto-governo e autodeterminação lusófona”. Conceitos, sem dúvida, a serem questionados e debatidos, principalmente num momento de globalização como o em que vivemos.

Atualmente, oito são os estados que adotaram a língua portuguesa como materna ou oficial, nomeadamente Portugal, Brasil, Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Lorosae, devendo também mencionar a Galiza, com certa autonomia política no marco do Estado espanhol e Macau, recém devolvido à China (tampouco podemos esquecer certos lugares nos que, em situações diversas, se fala ou se falou o Português, nas suas diversas variantes, além dos seus crioulos, como é o caso de Casamansa, no Senegal; Ilha de Ano Bom, Ajudá, no Benim; Goa, Damão, Diu, Mangalor, Mahé, Fort, Cochim, Tellicherry, Chaul, Korlai, Coromandel, Vaipim, Battcaloa, Puttalan no Sri Lanka; Bali, Java, Kuala-Lumpur, Penang, Jehove, Tapin, em Oceania; Olivença e outros pequenos enclaves no Estado espanhol; Curaçau, Aruba e Bonaire, além do Suriname e da Guiana Holandesa). Cabe ainda mencionar os dois países com *status* de observadores associados na CPLP: Maurícia e Guiné Equatorial.

É óbvio que o conceito de Lusofonia, especialmente quando aplicado aos países africanos de língua oficial portuguesa, “não deve perspectivar-se com as mesmas conotações que para a Galiza, Portugal e o Brasil, dada a realidade de cada país e de que a construção da Lusofonia não é só uma questão lingüística, e mais do que isso, exige a consideração de dados sociais, políticos, culturais e ideológicos” (Fontenla, 1993: 22) e, neste caso, o português funcionaria como uma “*interlíngua* que os PALOPs [países



Mapa 1 – (Possíveis) territórios da lusofonia

africanos de língua oficial portuguesa] decerto necessitam para poder emergir como países soberanos no concerto internacional e ultrapassar a divisão interna desagregadora; de uma realidade plurinacional e multilíngüe” (Fontenla, 1993: 23, *vide* Cahen, 2003: 86-89).

É neste sentido que a Lusofonia, conceito fruto do pós-colonialismo (Kristensen; Evans Pim, 2005), só poderá entender-se como um espaço cultural, de múltiplos imaginários, imaginários de pluralidade e diferença, remetendo, inevitavelmente, para o território dos arquétipos culturais, do inconsciente coletivo lusófono, do “fundo mítico de que se alimentam sonhos” (Martins, 2004: 4). Neste sentido, a cultura, vista como mito, como imaginação simbólica, é “vida imaginária partilhada e caminho construído em comum”. Contudo, é necessário ter em mente que, tal como explica Pierre Bourdieu (*apud* Martins, 2004: 5), o mito é um fenómeno discursivo de representação social com uma lógica social específica, de certa forma polémica neste caso, que mais adiante superficialmente trataremos.

De todas as formas, há um eixo central que, de uma maneira ou de outra, acaba por guiar uma espécie de, conforme reconhecia Gilberto Freyre, na sua tão repercutida teoria luso-tropicalista, ou Jorge Dias, ‘matriz cultural’. É nesta matriz cultural, representada pela Lusofonia como um todo, que encontramos, diria Freyre (*apud* Chacon, 2002: 134) um “mundo transnacional ou supranacional que constituímos, pelas nossas afinidades do sentimento e de cultura, portugueses e luso-descendentes”.

É também nesta matriz que, nas palavras de Cristóvão (2005: 652), residem “a esperança e expectativa de um messianismo sebastianista” nas que, por sua vez, “mergulham as raízes da utopia do Quinto Império”. Tais afirmações de Cristóvão, como se nota, coincidem bastante bem com toda uma tradição portuguesa, especialmente na

temática tanto do sebastianismo como do Quinto Império (de certa forma antecedente e subsequente a esta)².

Todo este ‘complexo’ místico da história, pensamento e cultura portugueses, trazido à tona para explicar a Lusofonia, também conta com a retomada dos escritos do Frei Sebastião de Paiva, os famosos *Sermões* do Padre Antônio Vieira ou até mesmo a *Mensagem* ou o *Livro do Desassossego* do poeta dos heterônimos³. Tal misticismo e utopia, bastante presentes, conforme vimos, na literatura e no pensamento portugueses, também considerado, ainda que de forma distinta pela teoria luso-tropicalista de Gilberto Freyre, serviriam para, nas palavras de alguns teóricos (e, de certa forma, seguindo as principais intenções e idéias de Fernando Pessoa, desenvolvidas principalmente na *Mensagem*), fundamentar um Quinto Império, não material, mas cultural e espiritual, sem um ‘Quinto Imperador’, como explicou Agostinho da Silva, e no que a língua portuguesa, elemento fundamental, desempenharia um papel essencial, pelas suas “capacidades de plasticidade, riqueza expressiva, e de expansão geográfica linguística amplas e número considerável de falantes” (Cristóvão, 2005: 653; Araújo, 1997).

Há, contudo, quem critique esta visão mística e messiânica da Lusofonia, Alfredo Margarido (2000: 12) comenta que se deve ao fato de “procura[r] assegurar aos portugueses inquietos um futuro, senão promissor, em todo caso com razões e desrazões para defender a lusofonia”. Neste sentido, o autor – como outros que se empenharam no mesmo – trata de rever esta aura que a envolve, questionando o papel de Portugal e,

² As profecias do Quinto Império, aproveitadas já por Fernão Lopes (Kristensen; Evans Pim, 2006), baseiam-se numa concepção providencialista da História de Portugal, e na consciência de que se trata de uma nação superior, de uma nação que, de acordo com o próprio cronista, estaria vivendo, naqueles tempos (o advento da Dinastia de Avis, com D. João I), a Sétima Idade, a idade do Império de Cristo na Terra, explicada na Bíblia pelo profeta Daniel, proposta por Santo Agostinho na *Ciuitate Dei* e muito em evidência pelos outros padres e filósofos desta época. A este pensamento, séculos mais tarde, agregamos na cultura portuguesa o Sebastianismo, ‘doutrina’ presente em todo o pensamento português após o século XVII, que tem como origem justamente a ameaça de extinção da segunda dinastia portuguesa, a citada Dinastia de Avis, iniciada em 1385 por D. João I.

Já no século XVI, D. João III (n. 1502 – m. 1557), sexto rei desta dinastia, encontrava-se com problemas para manter vivos os seus filhos homens. Dos seis homens que a rainha D. Catarina concebeu, apenas um, D. João Manuel, o penúltimo, sobreviveu mais do que dez anos. A família real, assim como o povo, preocupava-se com este fato porque, não tendo filhos homens para assumir o reinado, Portugal passaria para as mãos de Castela, devido aos laços familiares. D. João Manuel, com 17 anos, conseguiu gerar um filho, D. Sebastião, e morreu logo em seguida.

Assim, o problema de Portugal parecia estar resolvido. A história, no entanto, não prosseguiu assim. D. Sebastião, com apenas 24 e sem deixar herdeiros, embrenha-se numa batalha no Norte da África, a fim de auxiliar um rei marroquino. As conseqüências dessa batalha foram o desaparecimento de D. Sebastião nas areias de Alcácer Quibir e a formação deste mito, fortíssimo na cultura portuguesa, que, em linhas gerais, acredita no retorno do rei para salvar Portugal (mito fortalecido pelas profecias do Quinto Império, difundidas, principalmente, pelo Pe. Antônio Vieira e, na sua medida, Fernando Pessoa, mas também anteriormente comentada por Camões). D. Filipe II de Espanha (I de Portugal) toma o poder da coroa portuguesa em 1580 e inicia a dinastia filipina, que dura até a “Restauração”, 60 anos depois. Vale lembrar que era justamente neste contexto em que viveram, tanto André Resende como especialmente Camões, quem, recordemos, dedica *Os Lusíadas*, em 1572, justamente a D. Sebastião (ainda em vida).

³ No caso de Vieira, recordemos um dos seus mais explícitos sermões *Vos estis lux mundi*, no que, assim como o fez Fernando Pessoa, prega que o mundo é todo um espaço ao que devem acudir os portugueses. No caso do poeta dos heterônimos, lembremos que em “Padrão”, poema presente na *Mensagem*, ‘alerta-se’: “Que o mar com fim será grego ou romano:/ O mar sem fim é português”, também no *Livro do Desassossego* encontramos a sua célebre frase, na voz de Bernardo Soares: “Minha pátria é a Língua Portuguesa”.

principalmente, as intenções portuguesas nesta tentativa de ‘unificar’ o que fora, durante alguns séculos, o seu magnífico império. Neste sentido, Jacinto do Prado Coelho, outro teórico, considera a ‘virtualidade’ do misticismo e da pátria portuguesa pessoais.

Aliás, conhecendo-se a *Mensagem*, parece bastante clara esta idéia de virtualidade, de promessa que Portugal representa para Fernando Pessoa. É, nas palavras do próprio poeta, o mito do “nada que é tudo”, numa referência clara à potencialidade aristotélica que valoriza o momento embrionário que, misturado a uma concepção providencialista, guarda o *futuro* promissor de uma pátria. O título da própria obra (desprezando toda a numerologia, a intertextualidade e os aforismos que se encontraram em diversos ensaios e nos próprios escritos de Pessoa) deixa clara esta atmosfera de posterioridade: a obra, retomando o passado mítico e glorioso, traz à tona o caráter potencial de Portugal como aquele que deveria ser a pátria do Quinto Império. O próprio poeta anuncia a chegada do “supra-Camões” que deveria, como idealizou o poeta quinhentista, libertar e salvar Portugal do momento em que vivia. Recordemos, por exemplo, o contexto conturbado no que se encontrava Portugal após o *Ultimatum* inglês, o regicídio de 1908 e, dez anos mais tarde, o assassinato do então presidente Sidônio Pais, a quem Fernando Pessoa, dois anos depois, escreveu um poema de cunho messiânico, comparando-o com D. Sebastião.

De fato, muitos são os estudiosos que afirmam ser o próprio Pessoa o “supra-Camões”, considerando que o poeta tenha, imodestamente, anunciado a sua obra-prima, a *Mensagem*, que, naquela época, já estava sendo idealizada. Entre esses estudiosos está Antônio Quadros que afirma (s/d: 38): “O Supra-Camões seria naturalmente ele próprio, Pessoa, destinado a levar mais longe, agora com plena consciência, aquilo que Camões prefigurou e que Teixeira de Pascoaes intuitivamente quis fazer”.

As críticas a esta imagem de Lusofonia como o Quinto Império não se resumem a Prado Coelho. Tabucchi (*apud* Cristóvão, 2005: 654), no mesmo sentido, em declaração ao *Le Monde*, em 2000, considera a Lusofonia suspeita pelo fato de que Portugal, tendo perdido o seu império e as suas colônias, tentaria encontrar nela o “terreno fértil para a invenção meta-histórica como esta, que funciona como sucedâneo, no imaginário colectivo”. É mais bem aquilo que comentava Margarido (2000: 6, 7, 66) de fazer da língua portuguesa um instrumento de legitimação da colonização e, indo mais além, de devolver aos portugueses parte do espaço perdido, desprezando toda “uma longa história de relações polémicas com aqueles que escolheram falar o português” e acreditando que “os Outros [existem] por obra e graça da nossa [a portuguesa] intervenção marítima ou terrestre”.

Igualmente, Eduardo Lourenço (1999) considera a Lusofonia como uma selva obscura ou voluntariamente escurecida, configurada em torno à difícil coexistência de leituras e intenções inconfessadas ou inconfessáveis, expressando todas elas contextos, situações e mitologias culturais particulares, não-homólogas e, no melhor dos casos, análogas apenas.

Polêmicas à parte, hoje, de certa forma constituída (seja por responder a sonhos e elementos míticos, ou por responder às necessidades comerciais e multiculturais da

sociedade moderna), a *Lusofonia* teve como primeiro projeto concreto a proposta – bastante arrojada, levando em consideração o panorama anti-lusista da época – do jurista, historiador e filósofo brasileiro Sílvio Romero, em 1902, de se constituir um modelo de união entre os falantes da língua portuguesa, inspirando-se na observação de “movimentações políticas expansionistas das grandes potências do tempo, em relação às quais era necessário organizar uma defesa” (Cristóvão, 2005: 653).

Assim, em conferência lida no Rio de Janeiro, Romero preconizava que se organizasse um “bloco lingüístico formado pelo Brasil, por Portugal e suas colônias”, seguindo os modelos ingleses que se tinham já naquela época, para poder enfrentar os anseios de recolonização sentidos nas potências imperialistas européias, inspiradas na Conferência de Berlim. Nas palavras de Romero (*apud* Cristóvão, 2005: 653): “Isto não é uma utopia nem é um sonho a aliança Brasil e Portugal, como não será um delírio ver no futuro o Império Português de África unido ao Império Português da América, estimulado pelo espírito da pequena terra da Europa que foi berço de ambos”, bastando, para unir os países, “o facto extraordinário, único, inapreciável, transcendente da língua para marcar ao português o lugar que ele ocupa em nossa vida (...). Ela, só por si, na era presente serve para individualizar a nacionalidade”.

Como se imagina, e dado o panorama político-cultural do Brasil no começo do século XX⁴, as idéias de Sílvio Romero não foram levadas adiante e, somente mais de 80 anos mais tarde, foram retomadas com afinco pelo lingüista brasileiro Sílvio Elia, em 1989, após tomar em conta a eleição, feita pelas antigas colônias africanas, de adotar como língua oficial o Português.

Neste sentido, o lingüista, seguindo o conceito arquetípico de *România* e dos seus países românicos, estabeleceu um modelo lusófono (Elia, 1989), mapeado como uma unidade diversificada na geografia e na história: *Lusitânia Antiga* (Portugal), *Lusitânia Nova* (Brasil), *Lusitânia Novíssima* (países africanos de expressão portuguesa e, mais recentemente, Timor Lorosae), *Lusitânia Perdida* (territórios antigos como Goa, Macau e outros em Ásia e África) e *Lusitânia Dispersa* (comunidades migrantes de fala portuguesa).

Também foi neste ano que, como veremos adiante, após a Primeira Cimeira de Chefes de Estados Lusófonos, por iniciativa do então presidente brasileiro José Sarney e do Ministro da Cultura José Aparecido (com a presença dos presidentes de Portugal, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe) se fundou o Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP), em São Luís, cuja lentidão na implantação levou a Câmara Municipal de Lisboa ao ato constitutivo de 7 de Setembro de 1992, data evidentemente simbólica, a criar a Fundação Luso-Brasileira para o Desenvolvimento do Mundo de Língua Portuguesa (Chacon, 2002: 82).

Obviamente, outros estudiosos, escritores e lingüistas pensaram no tema anteriormente. É o caso, por exemplo, de Celso Cunha e da sua “República do Português”,

⁴ Basta lembrarmos da Semana de Arte Moderna, em 1922 e do Movimento Antropofágico, levado a cabo por Oswald de Andrade, no que se condenava – ainda que de maneira bastante inovadora – a presença portuguesa na formação da cultura brasileira. Basta lembrarmos do poema Erro de Português, no que explica: “Quando o português chegou/ Debaixo de uma bruta chuva/ Vestiu o índio/ Que pena!/ Fosse uma manhã de sol/ O índio tinha despido/ O português”.

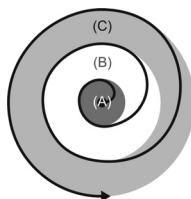
a respeito da qual prega: “A capital da Língua Portuguesa estará onde estiver o meridiano da cultura”. Também os africanos Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Samora Machel e alguns chefes de estado deixaram clara a importância da língua portuguesa para o desenvolvimento e para as relações internacionais das novas nações.

Neste sentido, é pertinente citar o professor Pedro Borges Graça (1997: 78), que afirma ser a língua portuguesa “o cimento da construção nacional dos países africanos lusófonos; o principal elemento de ligação com a modernidade”. Falando em primeira pessoa, também vale recordar as palavras do líder Amílcar Cabral, que pregavam sobre a importância do Português (ou ‘pretoguês’, como costuma(va)m considerar os lusos a respeito da língua portuguesa falada pelos africanos) para a libertação (lembremos das literaturas africanas sociais e dos seus claros objetivos) e, num sentido mais amplo, para toda a produção acadêmica ou política das antigas colônias, além de para o estabelecimento de íntimos e imprescindíveis laços entre os intelectuais dos distintos territórios que Portugal possuía na África: “o princípio de apropriação da língua do colonizador como instrumento de libertação é a maior conquista dos colonizados” (Graça, 1997: 79).

Seguindo adiante, e reconhecendo a importância desta língua comum, Léonard (1999: 437-438), considera três interpretações inter-relacionadas para este bloco político-cultural. Primeiro, aborda a Lusofonia como um espaço geolinguístico composto por regiões ou países nos que a língua portuguesa é materna ou oficial. Em seguida, considera-a como um sentimento, uma memória de um passado comum, ou a partilha de histórias e culturas coincidentes. Em terceiro lugar, entende-a como um leque de instituições políticas e culturais, tanto em espaços designadamente lusófonos como exteriores.

No mesmo sentido, mas de uma forma mais ‘gráfica’, Cristóvão (2005: 654) apresenta-nos uma concepção similar sob a forma de “três círculos concêntricos de valores, reunidos pela língua comum”, representada, no gráfico elaborado a partir dos dois autores, pela espiral. O primeiro de todos (letra A), é composto basicamente pelos oito países que assumiram ou mantiveram o Português como língua materna, oficial ou de património (como é o caso de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor), além de outras regiões, pertencentes a outros países e culturas, mas que partilham a língua e a História com a realidade lusófona (é o caso, por exemplo, da Galiza). Tampouco se despreza a presença de certas regiões, já citadas anteriormente, nas que, em diversas situações, falou-se ou ainda se fala o Português, em qualquer das suas variantes, ou até mesmo os crioulos.

Gráfico 1 – A espiral lusófona



Fonte: Elaboração própria a partir das idéias de Léonard (1999) e Cristóvão (2005).

Dentro deste primeiro círculo, mais especificamente no “núcleo duro dos oito países independentes”, explica, joga-se o futuro da língua portuguesa e, mais importante, o da solidariedade entre as nações que as falam. Neste círculo, ademais, processam-se “as estruturas e dinâmicas que possibilitam e realizam a ação externa dos lusófonos”, especialmente junto a organizações internacionais.

Entre estas estruturas, vale a pena chamar a atenção a algumas delas, como o já citado Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP), fundado em São Luís do Maranhão no ano de 1989, cujo objetivo era a defesa, a ilustração e a difusão da língua comum. Também vale a pena lembrar iniciativas anteriores, como a União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas (UCCLA), fundada em 1985, sediada em Lisboa, que, entre outras funções, busca fomentar o entendimento e a cooperação entre os seus municípios-membros, através do intercâmbio cultural, tecnológico e científico. No leque destas iniciativas, também nos deparamos com a Associação de Cultura Lusófona (ACLU), fundada em 2000 e editora do Dicionário Temático da Lusofonia, como também da Associação de Universidades de Língua Portuguesa (AULP), criada em 1986 em Cabo Verde, congregando universidades de países lusófonos, institutos e centros de formação de professores, salvaguardando e promovendo a língua portuguesa, além de incrementar o intercâmbio de professores, investigadores, estudantes, etc. E do mesmo jeito, destacamos o Instituto Português de Apoio do Desenvolvimento (IPAD), que realiza políticas de cooperação e de Ajuda Pública.

Outras instituições, mais de âmbito privado ou oficial, também têm exercido o seu papel no apoio à Lusofonia. Como exemplo, vale trazer à tona as Academias de Ciências e Letras de Brasil e Portugal, o Instituto Camões, a Fundação Calouste Gulbenkian, a Associação dos Arquivistas dos Países de Língua Portuguesa, a Fundação Luso-Brasileira para o Desenvolvimento do Mundo de Língua Portuguesa, a Liga dos Escritores dos Cinco (LEC), a Federação Lusófona de Ciências da Comunicação, entre diversas outras que, e com mais frequência, vêm compondo o tecido associativo lusófono.

Contudo, entre todas essas associações, vale a pena deter-se um pouco mais naquela que, de alguma forma ou de outra, tem exercido maior influência nos panoramas interno e internacional: a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), fundada em 17 de junho de 1996, em Lisboa, e considerada como um verdadeiro suporte político para os oito países lusófonos. Dentro das suas funções, a CPLP está destinada à “concertação político-diplomática em matéria de relações internacionais, cooperação especial nos domínios económico, social, cultural, jurídico e técnico-científico, e para pôr em prática os projectos de promoção e difusão da língua portuguesa” (Cristóvão, 2005: 654-655).

Sobre a sua realização, Santos (2004: 125) comenta: “o ‘espírito da comunidade’ que preside à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e que inspirou a génese da respectiva criação, precedeu, em mais de um século, a fase constitutiva que caracteriza o resultado da vontade política expressa de oito estados soberanos”. Neste sentido, e como se nota, o advento da CPLP trouxe à luz vários questionamentos,

especialmente no âmbito das relações internacionais, tendo em vista a idéia política que, pelo menos a princípio, norteia a Comunidade.

Na sua Declaração Constitutiva, reconhece-se a importância *matricial* da língua portuguesa, comentando o ‘relacionamento especial’ e a ‘experiência acumulada em anos de profícua concertação e cooperação’, e os princípios subjacentes a uma plataforma consensual e legitimadora da vontade política dos estados signatários. Assim, os membros propõem-se a levar a cabo iniciativas para a ‘promoção do desenvolvimento econômico e social dos seus Povos e para a afirmação e divulgação cada vez maior da língua portuguesa’ (CPLP, 1996). Além disso, e em relação à defesa da língua, esta é considerada como ‘vínculo histórico’ e ‘património comum’, como ‘meio privilegiado de difusão da criação cultural entre os povos que falam português e de projecção internacional dos seus valores culturais’, como ‘instrumento de comunicação e de trabalho’, bem como ‘fundamento de uma actuação conjunta’ (*idem*).

Desta forma, os países membros concordam que, entre os objetivos da CPLP estão ‘incentivar a difusão e o enriquecimento da Língua Portuguesa potenciando as instituições já criadas ou a criar com esse propósito (...); incrementar o intercâmbio cultural e a difusão da criação intelectual e artística no espaço da Língua Portuguesa’, para além de ‘envidar esforços no sentido do estabelecimento (...) de formas de cooperação entre a Língua Portuguesa e outras línguas nacionais nos domínios da investigação e da sua valorização’ (*idem*).

O cientista político João Domingues, a respeito do seu surgimento, o considera como consequência do desmantelamento do sistema bipolar em vigor (concretizado com a queda do Muro de Berlim): “é neste contexto”, explica, “que a formação de blocos culturais e econômicos é a última forte tendência geopolítica do pós-Guerra Fria” e continua: “terceiro bloco do género, cronológica e demograficamente, a CPLP foi a primeira comunidade nascida do pós-1989, com toda a responsabilidade e expectativa que tal acarreta” (Domingues, 2006: 44). Assim, “expressão institucionalizada do mundo lusófono, convencionalmente formalizada, no plano político-diplomático (...) afirmando-se a par de numerosas comunidades de luso-falantes espalhadas pelo mundo” (Santos, 2004: 126), comunidades como a CPLP “podem assumir um importante papel na coordenação de interesses securitários e políticos, comuns aos seus membros” (Domingues, 2006: 42).

Desde a sua origem, os seus membros mostraram interesse na iniciativa, apesar de possuírem metas e motivações não-coincidentes entre todos eles. Como exemplo desta situação, basta mencionar o episódio do primeiro aniversário de constituição, no que Rafael Branco, então membro do secretariado executivo, admitiu as deficiências crônicas da Comunidade, devidas à oscilação no compromisso dos estados membros, à ausência de uma estratégia concreta de progressão e a falta de recursos. Além disso, em 1998, conforme se comenta, a CPLP encontrava-se em um ‘mar de ambigüidades’, uma vez que não conseguira configurar-se como ponto de referência para o processo de toma de decisões em matéria de política exterior dos estados membros (Santos, 2003: 72-73). Também neste sentido, cabe citar o próprio Mário Soares, então presi-

dente da República Portuguesa, culpando o governo do seu país por não estar à altura das circunstâncias (Lima *apud* Santos, 2003: 74).

De todas as formas, e como se percebeu ao longo dos 10 anos de constituição da CPLP, a dinâmica interna da comunidade pode ser considerada ainda como “incipiente e dispersa, verificando-se algum desajustamento entre os objectivos enunciados e a realidade dos factos”, devido à “interactividade causal complexa derivada (...) dos caminhos diferenciados, dos processos de maturação política diversificados e das perspectivas de cada um dos estados membros, em relação à Comunidade” (Marchuetas *apud* Santos, 2004: 38). Na mesma reflexão crítica, Carlos Lopes (*apud* Santos, 2004: 138) comenta que atualmente, as agendas políticas dos estados membros da CPLP estão longe de se compatibilizar, já que “a falta de um conteúdo econômico determina a fragilidade institucional da CPLP”, além do que, “as agendas políticas, sobretudo em política externa, também têm ditado as opções diferenciadas”.

Assim, e conforme alerta Vítor Marques dos Santos (2004: 139), a CPLP não se considera tanto como “uma comunidade de sociedades civis e de povos lusófonos projectada na acção” mas como, nas palavras de Marchueta (*apud* Santos, 2004: 139), “uma comunidade imaginada, assente numa noção que tem de essencial a ‘alma do povo português’, que se identifica com a diversidade cultural, étnica e geográfica dos povos que a integram”.

Da mesma forma, pode-se pensar que as dificuldades encontradas pela CPLP derivem sobre a ausência de um ponto de partida no que se priorizasse o intercâmbio igualitário entre estados membros. Certamente, a base luso-tropicalista, que em boa medida fundamentou teoricamente o advento da Comunidade, contribuiu de alguma forma na imposição de certas matrizes ideológicas ou estruturais que puderam gerar sentimentos de descrença e dúvida, ocasionando a deflação do projeto (Mourão, 1994; Santos, 2003: 74).

Como se nota, a Lusofonia, assim como os projetos dela derivados, apresentam uma série de problemas de difícil solução, que só poderão alcançar um resultado produtivo se se concertarem harmonicamente os oito países componentes, potencializando-se com as múltiplas inserções dos países membros e diversas organizações internacionais, contando com o essencial apoio de um dos campos fundamentais para o conhecimento mútuo: a comunicação (Vitorio, 2003: 21-22). E é justamente neste sentido que este trabalho se articula nos seguintes apartados.

Retomando o modelo de círculos concêntricos da Lusofonia, partimos para o segundo deles (letra B), formado pelas outras línguas e culturas de cada um dos oito países e das regiões lusófonas, que se encontram em contato entre si e com a língua comum, enriquecendo cada uma dessas línguas e culturas, trazendo-as ao conhecimento e ao estudo num âmbito certamente mais vasto que o regional ou setorial, através da pesquisa, da escolarização e da produção editorial (Cristóvão, 2005: 655).

Finalmente, o terceiro círculo, mais amplo (letra C), é formado pelas instituições, grupos, pesquisadores, alunos, empresários, religiosos, familiares de emigrantes, etc. que não pertencem aos países lusófonos, mas que, por diversas razões, mantêm uma relação dialógica de admiração, erudição e amizade.

Carlos Reis (1997), por outro lado, propõe caracterizar a Lusofonia através de três princípios fundamentais. São eles: a interdisciplinaridade, a diversidade e a relatividade. Por interdisciplinaridade, Reis explica que a Lusofonia, devido ao seu amplo espaço geográfico, envolve sociedades estatais e civis díspares que, por sua vez, são representadas por instituições, escritores, professores, empresários, jornalistas, economistas, etc., portadores, dentro do seu âmbito, de diversos discursos interdisciplinares. Por diversidade, o autor considera o caráter diverso e amplo da comunidade lusófona, alertando para o fato de que não se deve vê-la através do prisma lusocêntrico, partindo para o reconhecimento das outras realidades culturais que conformam, além da portuguesa, como, por exemplo, as realidades tribais nos países africanos de expressão portuguesa ou as influências italiana, alemã, japonesa, etc. no Brasil. Por último, explica o teórico o princípio da relatividade, componente da Lusofonia. Neste caso, dado o imenso espaço geográfico deste bloco cultural, e as quase infinitas assimetrias entre os países integrantes, insta-se que toda e qualquer suposição generalizada ou estereotipada deve ser revisada, questionada e debatida.

Como se percebe através destas articulações, a Lusofonia, como entidade, tem o objetivo básico de “promover o intercâmbio cultural, científico e técnico de países desenvolvidos da lusofonia européia, com os em via de desenvolvimento da lusofonia americana (o Brasil) e do terceiro mundo (PALOPs)”, permitindo e instigando o “diálogo *inter* e *intra* cultural, o conhecimento mútuo de experiências culturais e educacionais, de projetos comuns no domínio da tecnologia, do ensino e da cooperação entre países lusófonos” (Fontenla, 1993: 24).

Para isso, como afirma Chacon (2002: 11), “cumprir reagir em defesa da lusofonia com os seus valores”, resguardando de “qualquer espécie de intromissão imperialista no íntimo de sua vida e no essencial de sua cultura”, ameaça bastante concreta em tempos de globalização, nos que, conforme Domingues (2006: 49), a lusofonia exercerá o papel essencial de recordar a todos os parceiros internacionais (Estados, blocos regionais, comunidades semelhantes, outras organizações, etc.) que “a língua portuguesa, mais do que implementada, deve ser cuidada e mantida como peso do respeito que se deve a uma língua viva que ao longo de oito séculos se soube adaptar, evoluir e fazer comunicar pessoas em todos os cantos do mundo”.

É neste sentido, e com algo de empenho, que a Lusofonia poderá atuar, seguindo a idéia de Armando Teixeira Carneiro (2006: 134), como um “novo modelo reticular geopolítico”, explicado pelo fato de que o que assume um determinado domínio sobre os nós principais das “redes de conhecimento” estará garantido um reforço do seu “posicionamento internacional”, já que tais fluxos de informação são justamente suportados num veículo lingüístico específico, daí ser prioritária a defesa e a difusão do uso da língua aglutinante.

No entanto, e conforme se verifica, é fundamentalmente na sociedade civil que se verificam ações inter e transnacionais, especialmente nas comunidades de emigrantes lusófonos espalhadas pelo mundo, “articuladas numa rede de sinergias e de solidariedades interactivas informais, ao longo de uma fronteira de expressão territorial difusa,

pela imprecisão geográfica do seu traçado, mas de contornos humanos concretos e bem definidos nas suas componentes social, lingüística e cultural” (Santos, 2004: 129), redes nas que os lusofalantes identificam-se “como uma entidade única e universal, importante, capaz de sobreviver a guerras, diásporas e outras tragédias que têm assolado os lusófonos” (Chrystello, 2003: 210).

De todas as formas, e é preciso sempre tê-lo em mente, a lusofonia “está a ser”, está a se fazer, num “processo irreversível, por decisão soberana dos países soberanos”, para o que o que importa discutir não é o seu passado ou o seu conceito, mas o seu futuro que, nas palavras de Sil Monteiro (1993: 34), “já o é; é-o porque começou no passado e num passado bem longínquo, que se vem fazendo patrimônio”.

A estrutura comunicacional no mundo lusófono: breves apontamentos diacrónicos

Como se tem indicado, a comunicação, meio de intercâmbio cultural mais eficaz no espaço lusófono, joga um papel essencial na hora de estabelecer e fortalecer relações além dos meros círculos políticos ou diplomáticos. Neste sentido, para compreender as potencialidades do desenvolvimento deste setor no mundo da Lusofonia, convém, ainda que de forma superficial, examinar as trajetórias e realidades dos sistemas comunicacionais nestes territórios, na crença de que possam servir como base, aproveitando as sinergias globais e locais, para articular um sistema comunicacional próprio para a Lusofonia. Centrar-nos-emos, pois, nos casos de Portugal, Brasil, Angola, Moçambique, Timor, Guiné-Bissau e Galiza.

Apesar de as primeiras amostras de imprensa periódica em língua portuguesa se remontarem às denominadas ‘Gazetas da Restauração’, surgidas em Lisboa em meados do século XVII, já com antecedência (até um século antes) apareceram as primeiras publicações noticiosas de caráter irregular. No entanto, a censura estabelecida por D. Felipe II e reiterada pela Lei de 29 de Janeiro de 1643, promulgada por D. João IV, limitou consideravelmente o progresso da imprensa, de forma que, uma vez fechado o *Mercúrio Portuguez* (1663-1667), dirigido por António de Souza Macedo e centrado nos episódios bélicos entre a Coroa de Castela e Portugal, houve que aguardar até o século XVIII para ver novas iniciativas. A situação durante o reinado de D. José não muda em grande medida pois, aparecendo ainda um considerável volume de novas publicações (como a *Gazeta de Lisboa* ou o *Diário Lisbonense*) haveria que aguardar até 1820 para presenciar o início de uma nova fase na imprensa portuguesa (Alves, 1983; Pena, 1996; Santos, 2005).

Será durante o século XIX que se desenvolvem também as primeiras experiências jornalística nos restantes territórios de expressão portuguesa. Em 1808, aparecem a *Gazeta do Rio de Janeiro* (apesar de ser editada em Londres) e o *Correio Braziliense*, contudo a etapa de proliferação no Brasil chega em 1820 com a supressão da censura. A partir deste momento, a imprensa, majoritariamente de opinião, joga um importante

papel na política do país, desencadeando eventos como a abdicação de D. Pedro I, a Abolição da Escravatura ou o advento da República. Deste período, pervivem ainda o *Diário de Pernambuco* (1825) e o *Jornal do Comércio* (1827), hoje em dia os diários mais antigos de toda a Lusofonia (Nuzzi, 2005: 540).

Nas então colónias africanas, houve que aguardar até praticamente a segunda metade do século XIX para que aparecessem as primeiras publicações. Em Angola, o *Boletim Oficial* (1845) foi sucedido, com a instauração da liberdade de imprensa em 1857, por jornais de iniciativa privada como *Aurora* (1855), *A Civilização da África Portuguesa* (1866), *O Comércio de Luanda* (1867), *O Mercantil* (1870), *O Cruzeiro do Sul* (1873), *Jornal de Luanda* (1878), *Mukurarimi* (1888) ou *Muen'exi* (1889), entre outros. De forma similar, em 1854, aparece em Moçambique o *Diário do Governo*, seguido anos depois por iniciativas privadas como *O Progresso* (1868), *Imprensa* (1870), *Noticiário de Moçambique* (1872), *Jornal de Moçambique* (1873), *África Oriental* (1876) ou *O Gato* (1880) (Vunge, 2005: 538).

Mas seria Cabo Verde o pioneiro na imprensa da África portuguesa, lançando o *Boletim Oficial de Cabo Verde* em 1842. Em 1877, aparece o *Independente*, seguido do *Correio de Cabo Verde* (1879), *Echo de Cabo Verde* (1880) e *A Imprensa* (1880), entre outros. Finalmente, em São Tomé e Príncipe aparece em 1857 o *Boletim Oficial de São Tomé e Príncipe*, irmão do primeiro periódico caboverdiano. Anos mais tarde (1869), e já de iniciativa privada, aparece o *Equador* (Carvalho, 2005: 541).

Em relação à Galiza, a primeira amostra do que se poderia denominar protojornalismo (*vide* López, 2000) surge em 1800 com *El Catón Compostelano*, seguido de uma intensa atividade, fruto das tensões da denominada Guerra da Independência (a invasão francesa). Entre as publicações deste período, e das primeiras décadas do século, encontramos posicionamentos fortemente marcados seja pelo absolutismo seja pela ideologia liberal, como *Política de Santiago* (liberal) ou *Los Guerrilleros por la Religión, la Patria y el Rey* (absolutista). O segundo terço do século XIX, vem caracterizado pelos avanços tecnológicos (de impressão e no campo das telecomunicações) assim como pelo fortalecimento da imprensa diária (com casos excepcionais como o *Faro de Vigo*, fundado em 1853 e que ainda persiste hoje em dia) e pela introdução da imprensa de carácter provincialista (primeira amostra de um incipiente movimento nacionalista) representado por títulos como *El Porvenir*, *El Recreo Compostelano* ou *El Idólatra de Galicia* (Pérez Pais, 2005: 113). Apesar de nestas publicações se manifestarem as primeiras amostras da recuperação do galego (português da Galiza) como língua impressa (o 'ressurgimento'), especialmente em composições líricas, haveria que aguardar por 1876 para que Valentim Lamas Carvalhal fundasse em Ourense *O Tio Marcos da Portela*, primeiro periódico redigido integralmente na língua do país. Cumpre dizer que entre o início da restauração monárquica de 1875 e o golpe de estado de Primo de Rivera (1923) circularam na Galiza mais de 1300 publicações (*idem*: 115), dado suficientemente significativo *per se*.

Neste interim, a revolução liberal portuguesa de 1820 altera o panorama mediático do país. A abolição da censura prévia e a regulação do exercício da liberdade de

imprensa não só favorecem uma ingente atividade jornalística, mas trazem importantes mudanças gráficas e de conteúdos, auxiliadas em boa medida pelos avanços tecnológicos do momento e pelo retorno de numerosos exilados conhecedores dos novos modelos de produção e redação da França e Reino Unido. Em 1921 registram-se até 39 novos títulos e progressivamente a imprensa estende-se por todo Portugal, as ilhas, Brasil, África, Goa e Macau. Com pontos baixos (como a proclamação de D. Miguel como monarca absoluto em 1928) e altos (como a inauguração do caminho-de-ferro em 1853 ou a introdução do uso do telégrafo nos jornais em 1845) a imprensa avança através do século XIX. Entre 1894 e 1900 circulavam mais de seiscentas publicações em Portugal, ilhas e possessões de Ultramar, destacando o *Jornal do Comércio*, *Diário de Notícias* e *O Século* em Lisboa; *O Comércio do Porto* e *O Primeiro de Janeiro* no Porto; e mesmo *O Açoreano Oriental* que, fundado em 1835 e ainda hoje ativo, é dos mais antigos do país (Santos, 2005: 546).

Os anos seguintes, de grande tensão política, conlevariam a repressão e clausura de diversos jornais de tendência republicana. Ainda com a implantação da República em 1910, e com ela a nova legislação em matéria de liberdade de imprensa, a entrada na guerra e o golpe de estado militar de 1926 não davam muitas esperanças ao livre desenvolvimento dos meios de comunicação. Em efeito, com o estabelecimento formal do Estado Novo em 1933, a repressão interna e as guerras nos territórios africanos e asiáticos, haveria que aguardar pela normalização política do pós-25 de abril para que a imprensa entrasse efetivamente numa nova fase de desenvolvimento, em relativa normalidade (*idem*: 546-547).

No Brasil, salvando as distâncias, a situação manteve fortes paralelismos. Apesar da proclamação da República (1889), a imprensa aumenta e se tecnifica ao ritmo da industrialização; a etapa do Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-45) e os governos militares (1964-84) impuseram limitações similares. A Galiza viveu experiências comparáveis ao longo do século XIX e especialmente durante o XX, no que a repressão exercida pelas ditaduras de Primo de Rivera (1923-30) e Francisco Franco (1939-75) foram agravadas pela perseguição da língua e certas manifestações culturais próprias. Deste jeito, as tentativas de emprego da língua nacional nos meios de comunicação, com experiências como *A Nosa Terra* (1917) na frente, foram perseguidas no país, deslocando-se estes projectos para a zona sob controle republicano durante a Guerra Civil (*Galicia Libre, Nova Galiza...*) e, mais tarde, sendo desenvolvidos por exilados na América. A própria ditadura reduziu significativamente o leque de iniciativas existentes que, dos vinte diários a circularem em 1931, passou aos nove existentes em 1975 (Pérez Pais, 1997: 18).

No caso de boa parte da África lusófona, das restrições impostas pela administração portuguesa passou-se às resultantes dos regimes de partido único, além das situações de grave conflito armado. Na Angola sob controle do MPLA houve até 1992 uma centralização total da informação, manifestada pela existência de um único diário (*Jornal de Angola*), uma única rádio e televisão e uma única agência de notícias (ANGOP). As tentativas para o estabelecimento de uma emissora de televisão no país remontavam já a 1962, embora apenas dez anos depois se materialize o projeto

sob a forma da Televisão de Angola, de caráter privado. Dois anos depois, a RTP cria a Rádio Televisão Portuguesa de Angola, cujas instalações seriam retomadas pela TPA (primeiro Televisão Popular de Angola e, a partir de 1992, Televisão Pública de Angola). Hoje em dia, estima-se em 600 000 os aparelhos de televisão na Angola, o que implica uma média aproximada de seis pessoas por televisor. Em relação à programação, dividida entre dois canais (o segundo lançado em 2000), além da programação própria (emitida em português e diversas línguas nacionais) inclui numerosos programas da Rede Globo e da RTP, tendo facilitado esta última instituição uma rede de intercâmbio (NET-RTP) entre os países africanos lusófonos, fornecendo diversas produções portuguesas de forma gratuita (Araújo, 2005: 916).

Em relação à imprensa, a abertura da informação chega com a lei resultante da reforma constitucional de 1992, que implicou a aparição de novas publicações (*Agora, Angolense, Actual, Folha 8, Imparcial, Independente, A Capital, Semanário Angolense, ...*) na sua maior parte semanais, mantendo o *Jornal de Angola* a sua primazia. Em relação às emissões de rádio (assim como no caso da televisão e agências de notícias), o monopólio estatal dificulta em grande medida a aparição de iniciativas de caráter privado, limitando-se estas à FM e, portanto, impossibilitando a difusão no interior do país. No entanto, nos últimos anos verificou-se uma crescente presença de organizações profissionais (como o Sindicato dos Jornalistas, União dos Jornalistas Angolanos, Associação dos Jornalistas Económicos, Associação dos Jornalistas Culturais, Associação dos Jornalistas Culturais, ...) além de cursos de formação profissional em diversos centros e instituições (Vunge, 2005: 539).

A situação em Moçambique (cuja primeira Lei de Imprensa aparece em 1991) e Guiné-Bissau correu em linhas similares, com a agravante neste último país das tensões persistentes até nossos dias, que impedem a decolagem definitiva da mídia independente. No primeiro caso, a primeira lei de imprensa, aprovada em 1991, possibilitou o desenvolvimento paulatino de uma nova imprensa, com títulos como *Savana, Medifax, Domingo* ou *Metical*, mantendo-se, entre outros, o *Notícias*, o *Diário de Moçambique* e o *Tempo* (Valdemar, 2005: 543). Embora as primeiras emissões experimentais tenham tido lugar durante a Feira Internacional de Maputo de 1979, evoluindo para o projeto de Televisão Experimental de Moçambique em 1981, haveria que aguardar por 1991 para a aparição da Televisão de Moçambique (TVM) que na atualidade conta com mais de duzentos funcionários (Namburete, 2003; Araújo, 2005: 918; *vide* Miguel, 2006). Em relação à rádio, em 1975 nacionaliza-se o Rádio Clube de Moçambique unindo-o a outras pequenas empresas (Rádio Paz, Rádio Aero clube...) para a criação da Rádio Moçambique. Em 2002 havia constância de 27 jornais e 16 revistas em circulação, 28 estações de rádio e 10 de televisão (Namburete, 2003: 34).

Do mesmo jeito, e profundamente condicionados pelos conflitos latentes, evoluiu a imprensa guineense. Apesar de ser somente em 1993 que surge o primeiro jornal semiprivado, o *Expresso de Bissau*, sucedido anos mais tarde pelo *Correio de Bissau*, será durante os anos seguintes que aparecerão as primeiras iniciativas sem vinculação política formal (*Banobero, Wandan/Independente, Gazeta de Notícias* ou *Bombolom*

FM no espectro radiofônico). No entanto, o golpe de estado militar de 1998 e a crise política de 2003 supuseram um duro golpe à incipiente comunicação social, ao qual há que acrescentar a falta de formação dos profissionais (Pereira, 2005: 542-543). Em relação às emissões televisivas, remontam estas a 1989, no marco de um projeto financiado pela RTP, com cujo apoio subsiste até hoje (Araújo, 2005: 918).

O panorama em países como Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, e mesmo Timor Leste, este último por motivos bem diferentes, foi certamente distinto. Hoje Cabo Verde dispõe de sete publicações periódicas de relevância (incluindo *Atletra*, de caráter cultural). Os jornais generalistas mais importantes são *A Semana* (5000 exemplares aprox.), *Horizonte* (3000), *Expresso das Ilhas* (3000) e *O Cidadão* (3000). Cabe mencionar ainda a revista *Fragata*, com uma tiragem de 20 000 exemplares (Araújo, 2005: 542). Em relação à Televisão Nacional de Cabo Verde (TNCV), nasceu esta em 1982 em virtude da cooperação francesa, incorporando-se depois a RTP (no aspecto técnico) e o Centro de Formação de Jornalistas (na formação profissional). Nos anos noventa, como consequência das mudanças políticas e econômicas no arquipélago, produzem-se importantes avanços tanto nos planos técnico como de pessoal (formado em grande medida em Portugal e no Brasil), o que permite desenvolver progressivamente conteúdos próprios. Embora os resultados sejam duvidosos, em 1997 assistiu-se à fusão entre a TNCV e a RNCV (formando a empresa RTC), grupo que convive com diversas estações de caráter privado (*idem*: 917).

São Tomé e Príncipe conta também com um número reduzido de jornais, dos quais o mais lido é *O Parvo*, lançado em 1994. Deve-se mencionar também *O Independente* (1994), *Notícias* ou o semanário *A Vitrine*, iniciativa apresentada em 1999 (Espírito Santo, 2005: 550). Por outro lado, as primeiras emissões de televisão, com caráter experimental, iniciaram-se em 1982, com um quadro de pessoal limitado a seis pessoas e uma programação limitada inicialmente a dois dias por semana. Em 1990 a cooperação portuguesa possibilitou o estabelecimento de um centro de produção próprio constituindo-se um novo projeto denominado Televisão São-Tomense e cujos quadros foram formados pela RTP. A produção continua até hoje, embora com notáveis dificuldades (Araújo, 2005: 920). No que diz respeito às emissões de rádio, cabe mencionar a Rádio Nacional de São Tomé e Príncipe, *Voa Música* (em Pinheira) e RFI Abrique, além dos centros emissores da RDP África (Maia, 2005: 876).

No que concerne ao Timor, o tecido mediático estabelecido durante a administração portuguesa (destacando o *Voz de Timor*) chegou ao seu fim com a invasão da Indonésia. Além da imprensa daquele Estado, que foi introduzida em Timor, em 1993 nascera *Suara Timor Timur*, jornal em malaio de clara tendência integracionista. Com a independência, esta publicação, que alterou o seu nome para *Suara Timor Lorosae*, mudou sua linha editorial, chegando a incorporar uma página em Português em virtude do apoio da agência de notícias Lusa. Entre outras publicações como o *Timor Post*, *Talitakum*, *Vanguarda*, ou *Liam Maubere*, mantém-se apenas um projeto redigido integralmente em português, *O Semanário*, herdeiro do *Correio de Timor*. No espectro radiofônico, entre outros projetos, destacam-se a Rádio Timor-Lorosae

(RTL), com origem nos programas da missão das Nações Unidas e com programação em Português, além de outras línguas (Sampaio, 2005: 550), assim como um variado leque de emissoras comunitárias e de iniciativa privada (Maia, 2005: 876).

Voltando a Portugal, hoje o mercado da imprensa reparte-se principalmente entre seis grandes diários: *Jornal de Notícias* (com algo mais de 100 000 exemplares diários médios), *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias*, *Público*, *24 Horas* e *A Capital*. Além da vitalidade da imprensa desportiva, cultural (com o *Jornal de Letras, Artes e Ideias* como exemplo significativo) e econômica, mantém-se ainda a presença dos semanários (como o *Expresso*) e de uma tradicional imprensa regional e local com forte implantação nos distintos territórios (Santos, 2005: 549-550).

Em relação à televisão, em 1955 foi fundada a Rádio Televisão Portuguesa (RTP) iniciando as suas emissões regulares um ano depois. Além do seu segundo canal, que remonta a 1968, em 1992 a RTP lança a RTP-Internacional com o claro objetivo de fazer chegar as suas produções aos lusofalantes arredor do globo, projeto complementado em 1998 com a criação da RTP-África, em estreita colaboração com as televisões dos países africanos lusófonos, e com o sistema de intercâmbio via satélite supracitado. A isto se devem somar as emissões regionais para os Açores, Madeira e Porto, assim como a RTP-Memória, elaborado a partir do acervo de arquivo da empresa. Em 1992 inicia as suas emissões o primeiro canal privado, SIC, e um ano depois inicia a sua atividade a TVI/Quatro. Além da difusão hertziana, cabe mencionar o êxito da televisão por cabo nas áreas urbanas, com uma ampla oferta (Carneiro, 2004). No entanto, fica ainda em questão a possibilidade de abrir o campo da televisão no plano local e regional, embora já tenha havido tentativas a esse respeito.

A rádio em Portugal remonta a 1902, mas as primeiras emissões regulares chegam só em 1925, com a CT1AA de Abílio Nunes dos Santos. Com a regularização do setor em 1930 aparecem novas iniciativas que se profissionalizam progressivamente. Nasce neste tempo projetos como o Rádio Clube Português, Rádio Renascença e a Emissora Nacional, convertida em Radiodifusão Portuguesa (RDP) depois do 25 de abril (Maia, 2005: 877-879). Assim, a rádio pública configurou-se com a Antena 1, Antena 2, Antena 3, RDP África, RDP Internacional, RDP Madeira, RDP Açores, RDP Norte, RDP Centro e RDP Sul. Em relação à rádio privada, passou-se por um complexo processo de tentativas reguladoras (1987, 1988 e 1997) até conseguir uma estrutura equilibrada entre as emissões estatais, privadas (RCP e Rádio Renascença, entre muitas outras) e cooperativas (Carneiro, 2004).

No que tange ao Brasil, circulam hoje mais de quatrocentos diários com uma tiragem total aproximada de sete milhões e meio de exemplares diários. Deles, os mais destacados são a *Folha de São Paulo* (700 000 ex./dia aprox.), *O Dia*, *O Globo* e o *Estado de São Paulo* (os três com aproximadamente 400 000 ex./dia). Outros títulos de importância são *O Correio Braziliense*, *Jornal do Brasil* e *Zero Hora*, no Rio Grande do Sul. Cabe mencionar ainda o setor das revistas (com aproximadamente uns 1500 títulos em circulação) onde se destacam semanários como *Veja* (com 1,2 milhões de exemplares por número e edições estaduais), *Isto é* e *Época* (Nuzzi, 2005: 540; Di Franco, 2001).

A rádio, cujas emissões remontam a 1922, alcançou a sua etapa dourada entre as décadas de trinta e cinquenta, apesar de ainda hoje continuar a ser o meio de comunicação de maior alcance, com mais de 3000 emissoras censadas. Diferentemente dos outros países lusófonos, o setor tem uma componente essencialmente privada, com grandes redes como a CBN, Bandeirantes e Eldorado (as três de conteúdo preferentemente jornalístico) à frente. No entanto, a Radiobrás, empresa estatal responsável pelas emissoras educativo-governamentais, elabora também ‘A Hora do Brasil’, um noticiário oficial que obrigatoriamente deve ser retransmitido às 19h por todas as emissoras (públicas e privadas) do país.

Em relação à Televisão, esta nasceu no Brasil em 1950 sob a iniciativa de Assis Chateaubriand (TV Tupi). No entanto, entre os mais de 400 canais e quase 10 000 retransmissoras ativas hoje em dia as maiores audiências concentram-se nas produções de quatro grandes grupos econômicos – Rede Globo (com cinco emissoras e a maior audiência do país); Grupo Sílvio Santos (dono da SBT); Rede Bandeirantes e Rede Record (sob a titularidade da Igreja Universal do Reino de Deus) – e a recentemente criada Rede TV. Além da já estendida televisão por cabo e satélite, hoje está em jogo o debate sobre a televisão digital (Nuzzi, 2005: 917).

Finalmente, na Galiza convivem atualmente treze diários convencionais, a saber, *Atlántico Diario*; *Diario de Bergantiños*; *Diario de Ferrol*; *Diario de Pontevedra*; *Diario de Arousa*; *El Correo Gallego*; *El Ideal Gallego*; *El Progreso*; *Faro de Vigo* (com seis edições regionais); *Galicia-Hoxe*; *La Opinión A Coruña*; *La Región e La Voz de Galicia* (com treze edições regionais), dos quais o último deles é o de maior difusão, com uma tiragem levemente superior aos 100 000 exemplares diários médios. Os diários espanhóis de maior difusão têm também certa presença na Galiza, a qual se evidencia com a existência de edições especiais para o país (como é o caso de *ABC*, *El Mundo* [que se vende conjuntamente com *El Correo Gallego*] e *El País*, cuja edição galega apareceu em 2006), assim como os incipientes jornais gratuitos, tais como *Metro*, *Qué!*, *ADN*, *20 minutos*, *Tierras de Santiago*, *Santiago Siete* ou *De Luns a Venres*, este último redigido em galego (que, junto com o *Galicia-Hoxe*, representam as únicas amostras de imprensa diária na língua nacional – embora o *LV* não se edite nos sábados e domingos). Cabe ainda mencionar o crescente número de publicações digitais, além de um leque significativo de títulos semanais ou mensais como *A Nosa Terra* (cujas origens remontam a 1917), *Tempos Novos* ou *Novas da Galiza*, redigido este último segundo uma versão da ortografia do Português.

Em relação à radiodifusão, que na Galiza remonta às primeiras emissões de Radio Galicia em 1933, cabe diferenciar entre as emissoras públicas e as comerciais, e entre as primeiras as de carácter estatal (os distintos canais da Radio Nacional de España, cujas emissões em galego foram suprimidas em 1992), autonômico (Rádio Galega, que emite as 24 horas na língua nacional desde 32 emissores e retransmissores estendidos pela geografia do país) e municipal, que abrange 45 emissoras locais, emitindo majoritariamente em galego. Entre as numerosas emissoras comerciais destacam-se as agrupadas sob o guarda-chuva de Unión Radio (30 estações), COPE (25), Onda Cero (28),

além de iniciativas galegas como Rádio Voz, Rádio Obradoiro ou Cadena Noroeste, com seu particular modelo organizativo (Fernández; Pousa, 2005: 221-223).

De forma similar, na televisão da Galiza observa-se uma divisão similar, situando-se de um lado o setor público, liderado pela Televisão da Galiza (fundada em 1985), junto com as emissões especiais da Televisão Espanhola desde o seu centro territorial na Galiza (inaugurado em 1971). Entram também neste bloco parte das mais de trinta televisões locais existentes no país desde 2006 (Rodríguez, 2006: 105). Por outra banda, e em plena redefinição ante o processo de digitalização, mantêm uma presença abrumadora os canais privados espanhóis, tais como Antena 3, Cuatro, Tele 5 ou La Sexta. Cabe ainda mencionar a freqüentemente denunciada problemática da recepção das televisões portuguesas na Galiza, obstaculizada pelo governo espanhol apesar das recriminações a este respeito por parte da União Européia que, através do Conselho da Europa, lançou em setembro de 2005 um relatório detalhado sobre o grau de cumprimento da “Carta Européia das Línguas Regionais ou Minoritárias”, alertando para o flagrante incumprimento do Artigo 11.b por parte do Governo da Espanha, que não quis formular “comentários sobre a recepção na Galiza de programas de rádio e televisão em Português...”.

Caminhos em português... Fazendo comunidade além da CPLP

Como se tentou mostrar, a idéia de bloco cultural está longe do de uma entidade monolítica, pois, muito além da simples existência de certos elementos históricos ou lingüísticos análogos, baseia-se no intercâmbio efetivo nos planos cultural, econômico, educativo e mediático, entre outros. É neste sentido que à continuação se propõe ou recupera uma série de propostas, que cumpre aprofundar no intuito de fortalecer vínculos, até agora precários, entre os tecidos das distintas capas (ou círculos) que compõem esse projeto comum que denominamos Lusofonia, pois esta não constitui uma base pré-existente sobre a qual trabalhar ou conviver: ela se faz, constrói-se, entre todos.

No plano da formação e dotamento em infra-estruturas, embora os esforços de cooperação entre os países da CPLP tenham sido significativos, resta ainda muito por fazer, e certamente muito mais poderia ter sido feito⁶. Apesar das iniciativas já existentes, a implicação das instituições do ensino superior deve se aumentar notavelmente,

⁵ Concretamente no Artigo 11.b da Carta Européia das Línguas Regionais ou Minoritárias, ratificada pelo Governo espanhol no ano 1992, afirma-se textualmente: “As partes comprometem-se a garantir a liberdade de recepção direta das emissões de rádio e televisão dos países vizinhos numa língua falada de maneira idêntica ou parecida a uma língua regional ou minoritária, e a não opor-se à retransmissão de emissões de rádio e de televisão dos países vizinhos em dita língua. Mais além disso, comprometem-se a velar para que não se imponha nenhuma restrição à liberdade de expressão e à livre circulação de informação numa língua falada de maneira idêntica ou parecida a uma língua regional ou minoritária...”. Para maiores informações, consulte-se o portal da Plataforma para a Recepção das Televisões e Rádios Portuguesas na Galiza: <<http://tvspnagaliza.agal-gz.org/>>.

⁶ E, em ocasiões, parece não ser suficiente. Como exemplo, vejamos os programas de formação jornalística (Fremdsprachen-volontäre) desenvolvidos pela Deutsche Welle e dirigidos exclusivamente aos africanos lusófonos, embora o conhecimento do alemão seja pré-requisito indispensável. Vide <<http://www.dw-world.de/dw/article/0,2144,2305032,00.html>>.

sendo os programas recentemente desenvolvidos no Timor em diversos campos uma amostra interessante das possibilidades destas instituições. A construção de pontes não é responsabilidade exclusiva dos departamentos governamentais ou das organizações do terceiro setor centradas no desenvolvimento, pois a extensão a outros setores pode contribuir para a supressão da premissa da unidirecionalidade, a se analisar de forma crítica repensando seus pontos de partida.

Em pleno processo de implementação dos acordos assinalados na Declaração de Bolonha para um Espaço Europeu do Ensino Superior, muitos reclamam passos similares e decisivos para o estabelecimento de um ‘Espaço Lusófono do Ensino Superior’, além das Declarações de Luanda (2002) e Fortaleza (2004), como “*conditio sine qua non* da construção do ‘Espaço Lusófono sem mais’ ou da CPLP, tal qual está a ser entendida” (Neves, 2005: 189). Já com anterioridade, a necessidade de fomentar o intercâmbio entre as instituições de ensino superior impulsionou diversos projetos no âmbito de disciplinas concretas, como pode ser a Lusocom no caso das ciências da comunicação, e mesmo de caráter geral, como a já referida Associação de Universidades de Língua Portuguesa.

Anos antes, o Dr. Adriano Moreira tinha proposto já a criação da Universidade Internacional Luís de Camões, que, possuindo um caráter federativo, associaria diversas entidades de caráter cultural e de pesquisa do mundo lusófono (Santos, 2004: 125). Mais tarde, no marco de uma Mesa-Redonda Luso-Afro-Brasileira celebrada em Lisboa em 1993, lançou-se de novo a proposta de criação de uma “Universidade dos Sete” como projeto conjunto dos estados de língua oficial portuguesa (Viggiano, 1994 *apud* Chacon, 2002: 82). Ainda não se tendo materializado sob estas premissas, as propostas supracitadas, cujos caminhos sim levaram, direta ou indiretamente, à criação de entidades como o Instituto Internacional da Língua Portuguesa ou o Instituto Camões, ainda conservam toda a sua legitimidade originária em pleno século XXI, aguardando pacientemente o esforço empreendedor que deverá ser desenvolvê-las chegado o momento. Desta forma, a criação e fortalecimento de redes, associações e federações de pesquisadores nos mais variados âmbitos do saber configura-se como passo importante para a materialização de projetos de maior envergadura.

No plano da praxe mediática, a colaboração em formação e infra-estruturas deve evoluir para o fomento da co-produção, intercâmbio, distribuição e desenho de projetos conjuntos. Das iniciativas pontuais é possível partir para a criação de instituições permanentes como um Conselho Lusófono do Audiovisual ou um Conselho Lusófono de Rádio e Televisão que fomente um diálogo permanente e produtivo entre os representantes do rico tecido abordado no apartado anterior (e que por razões de espaço, não incluiu campos como a produção fílmica lusófona). A conjunção destes elementos poderia derivar na criação de espaços de expressão para a Lusofonia ultrapassando os espaços lusófonos nacionais, como já têm apontado, entre outros autores, Margarita Ledo (2003: 54)⁷ e Martins, Sousa e Cabecinhas (2006).

⁷ “O espacio luso-galaico-asio-afro-brasileiro poderá significar, xa que logo, un modo de intervir activamente na defición dun proceso no que estamos, queirámolo ou non, imersos e no que estamos imersos dende unha área xeo-lingüística e pluricultural específica que nos identifica e que podería funcionar como un valor engadido ou, pola contra, de seguir

As novas tecnologias facilitam e simplificam estas iniciativas até o ponto de trazer as utopias para a realidade quotidiana. Por exemplo, cabe mencionar a “*Lusophonie Parisienne*”, uma iniciativa televisiva feita por e para a comunidade lusofalante em Paris e que emite as suas produções em-linha e por meio da estação ‘La Locale’, através do canal 156 da *Freebox* (televisão a cabo) e do satélite *Hotbird* para toda a Europa⁸. Então, é possível imaginar a possibilidade de um projeto da responsabilidade das instituições e com os recursos e meios dos estados e territórios autônomos da Lusofonia? De qualquer forma, deve ser este um projeto conjunto dos organismos e empresas, centros de formação e instituições do ensino superior e do tecido organizacional e associativo lusófonos.

Além do audiovisual, mas sem excluí-lo, as crescentes possibilidades das tecnologias da informação e comunicações, nomeadamente a Internet, abrem novas portas à construção de redes entre os países da Lusofonia. O recentemente designado domínio de primeiro nível ‘.cat’, depois de um acordo entre a Fundació puntCAT e a ICANN (organismo internacional responsável pela determinação dos domínios na rede), para a “comunidade lingüística e cultural catalã”, serve como precedente que não deveria ser desperdiçado pela comunidade lusófona. Segundo a “Carta” do domínio .cat, esta comunidade está formada “por todos os que usem o catalão nas suas comunicações em-linha e/ou promovam distintos aspectos da cultura catalã em-linha”. Entre outras entidades, estabelece-se a possibilidade de utilização do ‘.cat’ a:

- universidades, escolas, instituições de pesquisa e outras entidades acadêmicas que usem o catalão nas suas atividades ou ensinem ou promovam aspectos da cultura catalã;
- entidades públicas ou privadas que têm por objetivo a promoção da cultura catalã;
- escritores, tradutores, corretores e jornalistas que publiquem em catalão;
- editoriais que publiquem em catalão ou que publiquem obras relacionadas com a cultura catalã;
- meios de comunicação que usem o catalão nas suas comunicações e
- particulares, grupos, empresas, associações, entidades, organizações ou iniciativas de qualquer tipo e personalidade jurídica que tenham ou desenvolvam comunicações em-linha em catalão.

A solicitação do ‘.lus’ bem poderia ser encabeçada por organismos internacionais como a CPLP, com o respaldo e legitimidade que lhe conferem os oito estados-membros e os governos autônomos de outros territórios lusófonos. Pode-se pensar que o tendo conseguido os Países Catalães, o reconhecimento do ‘.lus’ não deveria ser demasiado complexo se colocarem o seu apoio e empenho os organismos supracitados, que seriam, aliás, os primeiros beneficiários, sendo a proposta bem sucedida.

escoando, diluirse sen se ver nin ouvir, sen sequer chegar a se deixar sentir. Como perda de nós” (Ledo, 2003: 54).

⁸ Vide <<http://lusophonieparisienne.free.fr>>.

Do mesmo jeito, os coletivos e entidades implicados com o reconhecimento e defesa do Português em territórios como a Galiza, assim como as diversas federações, associações e portais de conteúdos de projeção lusófona⁹, se veriam favorecidos com este reconhecimento, impulsionando talvez, novas iniciativas.

De todas as formas, e para finalizar, é sempre importante ter em mente e considerar que no panorama atual globalizado e pós-colonial, o reconhecimento da Lusofonia acaba por constituir-se como mais um desses elementos que exprimem a “luta pela ordenação simbólica do mundo”, de certa forma responsável por dividir a comunidade internacional em áreas culturais, dando forma à chamada guerra das culturas (Huntington *apud* Martins, 2004: 6). Ainda assim, explica Martins nas palavras de Adriano Moreira (*apud* Martins, 2004: 8), uma sociedade ‘horizontal’ como a Lusofonia, isto é, que comunga da mesma língua e de memórias e tradições, coincidentes em áreas culturais e em história, são elementos fortalecedores do tecido da ‘globalização das dependências’, contribuindo, acima de tudo, para articular “a linha de territorialização dos poderes políticos e a linha da mundialização da sociedade civil organizada em rede”.

Bibliografia

Alves, D. de C. (1995) ‘A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa’, *Nação e Defesa*, 74: 77-91.

Alves, L. A. M. (1983) *Subsídios para a história da Imprensa em Portugal*, Porto: CEH.

Andión, M. L. (2003) ‘Galiza: os “estado xerais” da cinematografia e do audiovisual’, *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*, 1: 43-55.

Andrade, O. (2002) ‘Erro de Português’ in Seabra, J. A. (org.) *Poetas portugueses y brasileños de los simbolistas a los modernistas*, Buenos Aires: Instituto Camões; Brasília: Thesaurus.

Araújo, D. (1997) ‘Tempo de V Império’ in Rodrigues, A. Cruz *et al.* *Galiza Portugal – Uma só nação*, Lisboa: Nova Arrancada, pp. 139-146.

Araújo, L. de (2005) ‘Televisão em Angola’; ‘Televisão em Cabo Verde’; ‘Televisão na Guiné-Bissau’; ‘Televisão em Moçambique’; ‘Televisão em Portugal’; ‘Televisão em São Tomé e Príncipe’ in Cristóvão, Fernando (dir.) *Dicionário Temático da Lusofonia*, Lisboa: Texto Editores, pp. 916; 917-918; 918; 918-920; 920.

Camões, L. de (1572 [2004]) *Os Lusíadas* [ed. facsimilar], Braga: Universidade do Minho.

Carneiro, A. T. (2004) ‘La cultura y los media en Portugal: un análisis interpretativo’, *Pensar Iberoamérica: Revista de Cultura*, 5 [em-linha]. Disponível em [consult. 03/12/06]: <<http://www.oei.es/pensariberoamerica/ric05a03.htm>>.

Carneiro, A. T. (2006) ‘Uma Visão Geopolítica do Espaço da Língua Portuguesa’, *Nação e Defesa*, 114: 99-139.

Carvalho, L. (2005) ‘Imprensa em Cabo Verde’ in Cristóvão, Fernando (dir.) *Dicionário Temático da Lusofonia*, Lisboa: Texto Editores, pp. 541-542; 876; 916-917.

Chacon, V. (2002) *O Futuro Político da Lusofonia*, Lisboa: Verbo.

Chrystello, J. C. (2003) ‘Mitos da Lusofonia (I)’, *Agalia*, 75-76: 209-214.

Cohen, M. (2003) ‘What good is Portugal to an African?’, in Lloyd-Jones, S. & Pinto, A. C. (eds.) *The Last Empire. Thirty years of Portuguese Decolonization*. Bristol; Portland: Intellect, pp. 83-98.

⁹ Pense-se em iniciativas ainda incipientes como <<http://www.noticiaslusofonas.com>> ou o Canal Lusofonia de <<http://www.vieiros.com>>.

- CPLP (1996) *Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa* [em-linha], disponível em: <<http://www.cplp.org/docs/documentacao/Declaração%20Constitutiva%20CPLP.pdf>>.
- Cristóvão, F. (2005) 'Lusofonia' in Cristóvão, Fernando (dir.) *Dicionário Temático da Lusofonia*, Lisboa: Texto Editores, pp. 652-656.
- Di Franco, C. A. (2001) 'Diagnóstico de la comunicación en América Latina: informe nacional de Brasil', *Revista Latinoamericana de Comunicación Chasqui*, 73 [em-linha].
- Domingues, J. (2006) 'A CPLP enquanto vertente securitária de cooperação' in Evans Pim, J. et al. (eds.) *Paz e Segurança para o Século XXI*, Rianxo: Instituto Galego de Estudos de Segurança Internacional e da Paz.
- Elia, S. (1989) *A Língua Portuguesa no Mundo*, São Paulo: Ática.
- Espírito Santo (2005) 'Imprensa em São Tomé e Príncipe' in Cristóvão, Fernando (dir.) *Dicionário Temático da Lusofonia*, Lisboa: Texto Editores, p. 550.
- Freixanes, V. F. & Pousa, X. R. (2005) 'Radiodifusión' in Vila, B. C. (dir.) *Gran Enciclopedia Galega Silverio Cañada*, vol. 37, Lugo: El Progreso, pp. 221-223.
- Fontenla, J. L. (1993) 'Ciência, cultura e política da Lusofonia', *Nós*, 29-34: 21-30.
- Graça, P. B. (1997) 'Fundamentos Culturais do Países Africanos Lusófonos'. *Africana*, 18: 78-79.
- Kristensen, B. & Evans, J. P. (2005). 'Myth and Discourse in Portuguese Press on 500th Anniversary Commemorations', *Brazilian Journalism Review*, 1 (1): 111-134.
- Kristensen, B. & Evans, J. P. (2006) 'A influência da narrativa breve medieval no classicismo português: o caso de Fernão Lopes e *Os Lusíadas* na formação da portugalidade' in Fidalgo, E. (ed.) *Formas narrativas breves en la Edad Media: actas del IV Congreso, Santiago de Compostela, 8-10 de Julio de 2004*, Santiago de Compostela: Universidade, Servizo de Publicacións e Intercambio Científico.
- Léonard, Y. (1999) 'As ligações a África e ao Brasil', in Bethencourt, F. & Chaudhuri, K. (eds.) *História da expansão portuguesa* (vol. 5), Lisboa: Círculo de Leitores.
- López García, X. (coord.) (2000) *El Catón Compostelano*, Santiago: Consello da Cultura Galega.
- Lourenço, E. (1999) *A nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem na Lusofonia*, Lisboa: Gradiva.
- Macêdo, J. O. (2003) *Sob o signo do Império: Os Lusíadas-Mensagem. Análise Comparativa*, Porto: Asa.
- Maia, J. de M. F. (2005) 'Rádio em Angola, em Cabo Verde, na Índia, em Macau, em Moçambique, em São Tomé e Príncipe e em Timor'; 'Rádio em Portugal' in Cristóvão, F. (dir.) *Dicionário Temático da Lusofonia*, Lisboa: Texto Editores, pp. 874-876; 877-879.
- Marchueta, M. (2003) *A CPLP e o seu Enquadramento*, Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- Margarido, A. (2000) *A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses*, Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- Martins, M. de L. (2004) 'Lusofonia e Luso-tropicalismo. Equívocos e possibilidades de dois conceitos hiper-identitários' [em-linha]. Disponível em [consult. 02/12/06]: <<http://cecs.uminho.pt>>.
- Martins, M. de L.; Sousa, H. & Cabecinhas, R. (2005) 'Lusocom: Estudos das políticas de comunicação e discursos no espaço lusófono' in Andión, M. L. (ed.) *Comunicación local: da pesquisa á produción. Actas do Congreso Internacional LUSOCOM 2006, Santiago de Compostela, 21-22 de abril de 2006*. Santiago de Compostela: Universidade de Compostela, pp. 3252-3281.
- Miguel, J. (2006) 'Televisão em Moçambique: que espaço público', *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*, 4: 9-26.
- Monteira, M. R. da R. V. S. (1993) 'Cultura e Política da Lusofonia', *Nós*, 29-34: 31-35.
- Mourão, F. A. A. (1994) 'A CPLP num mundo globalizado', in *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 9.11.1994.
- Namburete, E. (2003) 'A comunicação social em Moçambique: da independência à liberdade', *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*, 1: 25-42.
- Neves, F. S. (2005) 'Espaço Lusófono de Ensino Superior (ELES): ir além da "Declaração de Luanda" e da "Declaração de Fortaleza"?, *Revista Lusófona de Educação*, 7: 189-190.

- Nuzzi, E. de F. (2005) 'Imprensa no Brasil'; 'Rádio no Brasil'; 'Televisão no Brasil' in Cristóvão, F. (dir.) *Dicionário Temático da Lusofonia*, Lisboa: Texto Editores, pp. 540-541.
- Pereira, F. J. L. (2005) 'Rádio na Guiné-Bissau' in Cristóvão, F. (dir.) *Dicionário Temático da Lusofonia*, Lisboa: Texto Editores, pp. 876-877.
- Pereira, M. (2005) 'Imprensa na Guiné-Bissau' in Cristóvão, F. (dir.) *Dicionário Temático da Lusofonia*, Lisboa: Texto Editores, pp. 542-543.
- Pais, M. del C. P. (1997) 'La prensa gallega: una aproximación histórica' in Lema, M. M. de (ed.) *El periodismo gallego en los siglos XIX y XX*, Madrid: Grugalma, pp. 7-23.
- Pais, M. del C. P. (2005) 'Prensa' in Vila, B. C. (dir.) *Gran Enciclopedia Galega Silverio Cañada*, vol. 37, Lugo: El Progreso, pp. 112-122.
- Pessoa, F. (s/d) *Mensagem e outros poemas afins*, Europa-América: Mem Martins.
- Pissarreira, A. (coord.) (2000). *Os Media em Portugal*, Lisboa: Instituto de Comunicação Social.
- Quadros, A. (s/d) 'Introdução' in Pessoa, F. (s/d) *Mensagem e outros poemas afins*, Europa-América: Mem Martins.
- Ramos, E. P. (2003) 'Introdução literária' in Camões, L. V. de (2003) *Lusíadas*, Porto: Porto Editora.
- Reis, C. (1997) 'A Questão da Lusofonia', in *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 30.06.1997.
- Rodríguez, A. P. (1996) 'História do jornalismo português' in Quintero, A. P. (ed.) *História da Imprensa*, Lisboa: Planeta Editora.
- Sampaio, A. (2005) 'Imprensa em Timor'; 'Televisão em Timor' in Cristóvão, F. (dir.) *Dicionário Temático da Lusofonia*, Lisboa: Texto Editores, pp. 550-551; 920-921.
- Santos, J. A. dos (2005) 'Imprensa em Portugal' in Cristóvão, F. (dir.) *Dicionário Temático da Lusofonia*, Lisboa: Texto Editores, pp. 543-550.
- Santos, L. A. (2003) 'Portugal and the CPLP: heightened expectations, unfounded desillusions', in Lloyd-Jones, S. & Pinto, A. C. (eds.) *The Last Empire. Thirty years of Portuguese Decolonization*. Bristol; Portland: Intellect, pp. 67-81.
- Santos, V. M. dos (2004) 'Lusofonia e Projecção Estratégica: Portugal e a CPLP', *Nação e Defesa*, 109: 123-151.
- Saraiva, J. H. (2003) *História concisa de Portugal*, Mira-Sintra: Europa-América.
- Sousa, H. (2005). 'The mobilization of the 'Lusophony' concept. The case of RTP International channels' [em-linha]. Disponível em [consult. 02/12/06]: <<http://cecs.uminho.pt>>.
- Valcarcel, M. (1987) *A prensa en Ourense e a súa provincia*, Ourense: Deputación Provincial.
- Valdemar, A. (2005) 'Imprensa em Moçambique' in Cristóvão, F. (dir.) *Dicionário Temático da Lusofonia*, Lisboa: Texto Editores, p. 543.
- Vázquez, A. I. R. (2006) 'A televisión local en Galicia ante a dixitalización. Transformacións e redifinición do modelo televisivo de proximidade', *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*, 4: 101-114.
- Vitorio, B. da S. (2003) Lusofonia: Proposta para a Reinvenção de uma Comunidade, *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*, 1: 11-23.
- Vunge, A. E. (2005) 'Imprensa em Angola' in Cristóvão, F. (dir.) *Dicionário Temático da Lusofonia*, Lisboa: Texto Editores, pp. 538-540.